

1 ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017 DO COMHAB

2 Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da
3 Secretaria de Planejamento Urbano, situada na Rua Frederico Moura 1517, Cidade
4 Nova, Franca, São Paulo, foi realizada a terceira reunião ordinária do Conselho
5 Municipal de Habitação. A Presidente do Conselho Aline Manon Salomão Silva Maia
6 iniciou a reunião às oito horas e quinze minutos, justificando as ausências das
7 Senhoras Ângela Beatriz Tozzi Mendonça Peixoto, Valéria da Silva Barbosa
8 Gimenes e Rosa Maria de Paiva Castro. Senhora Aline solicitou à Senhora Eliana J.
9 Lima G. Giuberti que fizesse a leitura da ata e questionou os presentes sobre a
10 aprovação da mesma, a qual foi aprovada por unanimidade. Senhor Francisco
11 Nunes dos Santos, representante da Associação de Moradores do Recanto Elimar,
12 reafirmou a necessidade de os presidentes de associações de moradores e de
13 centros comunitários serem, de fato, agentes comunitários participantes para a
14 melhoria das realidades dos bairros. Segundo ele, esses presidentes deveriam
15 andar pelo bairro e ouvir os moradores, pois há demandas como pavimentação,
16 calçadas, urbanização, lombofaixas, hortas comunitárias, entre outras. Disse que
17 sua associação realiza um trabalho social importante para as famílias mais carentes
18 do bairro, mas que algumas ações desse trabalho foram interrompidas por que a
19 Prefeitura ainda não repassou para os centros comunitários a subvenção devida.
20 Disse ainda que há contas de água e energia elétrica vencidas e que a energia
21 elétrica foi cortada. Senhor Álvaro da Silva confirmou que, realmente, os centros
22 comunitários não têm recebido a verba de manutenção e que ele teme que esse
23 atraso esteja acontecendo por questões de divergências políticas. Para o Senhor
24 Álvaro, a cidade precisa de uma política social mais eficiente e mais integrada, sem
25 tantas interferências político-partidárias e ressaltou a necessidade de o Ministério
26 Público, o Poder Executivo e o Poder Legislativo trabalhem em prol do Município e
27 modo integrado. Senhor Álvaro comentou que as áreas urbanas que ele representa
28 são áreas que foram loteadas e ocupadas sem planejamento urbano e que, por isso,
29 o poder público deve estar mais atento e presente. Senhor Álvaro pretende que sua
30 fala seja uma caixa de ressonância para que a situação melhore. Senhor Francisco
31 destacou o fato de já ter solicitado inúmeras vezes lombofaixas para a área próxima
32 às três escolas do Recanto Elimar e não ter sido atendido. Para o Senhor José
33 Crepaldi há uma falta de planejamento na colocação de lombofaixas, uma vez que
34 algumas foram construídas em locais de pouca circulação de pedestre enquanto
35 que, em locais nos quais já aconteceram atropelamentos, as solicitações não são

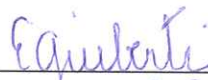
36atendidas. Nesse sentido, Senhor Maximiliano Engler Lemos deu o exemplo da
37rotatória da Avenida São Vicente que já foi reformada por três vezes, caracterizando
38um desperdício de recursos públicos. Em resposta a esse assunto Senhora Aline
39alertou que as lombofaixas estão sendo reivindicadas como redutores de velocidade,
40mas que sua função é facilitar a mobilidade de pessoas com dificuldade de
41locomoção. Senhor José Crepaldi descreveu os conflitos que têm ocorrido nos
42predinhos do Jardim Alvorada. Senhora Eliana comentou que talvez seja falta de um
43trabalho social com os moradores do local. Senhora Linda aconselhou solicitar junto
44ao CDHU, responsável pelo empreendimento, um trabalho social com os moradores.
45Senhor Álvaro reivindicou a urbanização das praças Itália e do Parque das Árvores.
46Senhora Eliana lembrou que a área destinada à praça Itália tem sido usada como
47estacionamento de veículos de empresa particular. Senhor Álvaro comentou
48também sobre a falta de fiscalização da Prefeitura e, como exemplo, citou os
49restaurantes da Avenida Paulo VI que depositam seus lixos em terrenos baldios.
50Senhora Eliana concordou que várias reclamações de munícipes sobre posturas
51como destinação irregular de resíduos sólidos, colocação de placas de publicidade
52em pistas de caminhada, em canteiros centrais, em árvores e em postes, estão sem
53solução por falta de fiscalização. Senhor Max relatou que no Jardim Francano esse
54problema de resíduos é sério, na medida em que em função de grande quantidade
55de cachorros no bairro e da falta de suporte para lixo nas residências, a comunidade
56tem colocado seu lixo na praça da escola municipal. Senhora Aline sugeriu enviar
57ofício ao Prefeito cobrando a fiscalização de posturas. Senhora Eliana lembrou que
58há uma lei de 2013 que obriga todas as edificações a instalarem o suporte de lixo na
59faixa de serviço das calçadas e alertou que a Fiscalização de Obras tem de verificar
60se há esse equipamento antes de emitir o Habite-se. Já a Senhora Linda sugeriu ao
61poder público disponibilizar caçambas ou recipientes para que as pessoas possam
62destinar seus resíduos. Senhora Eliana lembrou que a Política Nacional de Resíduos
63Sólidos delibera sobre a responsabilidade de cada cidadão sobre seus resíduos e
64que o poder público não pode assumir uma responsabilidade que é do cidadão.
65Senhor Álvaro manifestou sua preocupação porque a Prefeitura tem solicitado a
66pessoas de baixa renda para derrubar partes de imóveis depois que a planta foi
67aprovada na Prefeitura. Senhora Aline ponderou que, há casos em que a Prefeitura
68aprova o projeto, mas que a construção não respeita a planta, tendo como uma das
69consequências, habitações insalubres e que, casos de invasão de espaço público
70exigem demolições. Senhor Max disse que o munícipe que sentir lesado pode

Elg.

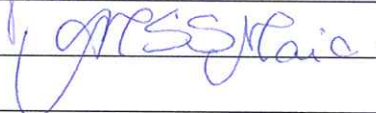
71recorrer à Defensoria Pública e que os casos que necessitam de demolição diferem
72entre si. Senhora Linda lembrou que, no caso de habitações insalubres, a Lei de
73Assistência Técnica da Construção Civil favorece, principalmente a população mais
74carente. Para a Senhora Linda, alguns programas do Governo Federal como Teto
75Seguro e Pró-Risco extintos no município, contribuíam para uma habitação segura e
76salubre que vem a ser um direito tão importante como educação e saúde. Senhora
77Linda explicou que esses programas atenderam várias famílias em Franca e que
78previam assistência técnica na construção e financiamento para melhorar as
79condições da moradia. Senhora Aline questionou a Senhora Linda sobre a forma
80como eram realizados os financiamentos para essas famílias. Segundo a Senhora
81Linda, a PROHAB trabalhava de forma integrada com a Secretaria de Ação Social,
82com profissionais visitando a família e elaborando relatório detalhado das
83necessidades daquela moradia. Senhor Cláudio Ferreira relatou que a Câmara dos
84Deputados aprovou a Medida Provisória 751/2016 que trata do Cartão Reforma que
85destina recursos para reformas e melhorias em moradias de pessoas de baixa renda
86e que aguarda aprovação do Senado Federal. Senhora Aline lembrou que uma das
87reivindicações do então Secretário de Planejamento Urbano Nicola Rossano Costa
88ao Ministério das Cidades foi reativar a Lei da Assistência Técnica, mas que ele não
89obteve sucesso. Senhor Cláudio comentou que tem contato com um profissional do
90referido Ministério que poderia informar sobre os procedimentos a serem adotados
91pelo Município de Franca para ser contemplado por essa Lei. Senhor Cláudio relatou
92que esteve na Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP e que o Município
93poderia ter vários cursos para formação de mão de obra na área da construção civil,
94como a construção de calçadas seguras, mas que para tanto é necessária vontade
95política por parte da Prefeitura. Senhora Aline lamentou a dificuldade de capacitar
96mão de obra e de ter acesso aos profissionais de engenharia e de arquitetura para
97transmitir orientações técnica importantes de mobilidade e de planejamento urbanos.
98Senhor Cláudio salientou que o IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil pode imprimir
99e distribuir uma cartilha informativa sobre as normas de construção do município,
100mas que precisam de orientação no que tange ao conteúdo. Senhora Eliana sugeriu
101a realização de uma Conferência Municipal de Mobilidade Urbana onde sejam
102abordadas essas diretrizes com a participação das Faculdades de Arquitetura e de
103Engenharia, da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Franca – AERF e do
104Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. Em respeito a esse assunto, Senhora Aline
105lembrou que o Plano de Mobilidade Urbana ainda não foi enviado para a Câmara e

106que irá verificar sobre os motivos pelos quais ele está parado no Gabinete do
107Prefeito. Senhora Aline destacou que todos aqueles assuntos abordados na reunião
108dizem respeito ao Conselho Municipal de Habitação porque tratam do urbanismo e
109dos locais onde as pessoas habitam. Senhora Aline encerrou a reunião às 10h,
110agradecendo a presença e a participação de todos. Eu, Eliana Lima Giuberti, lavrei a
111presente ata, onde assino com a Presidente Aline Manon Salomão Silva Maia e com
112os demais conselheiros presentes.

113Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti



114Aline Manon Salomão Silva Maia



115Luiz Antônio Cintra Filho

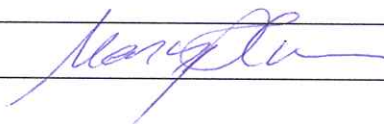
116José Luís Rodrigues Alves

117Maximiliano Engler Lemos



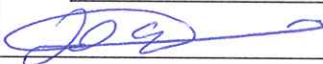
118Linda Teresinha Satri

119Marcos Marcelino de Andrade Cason



120Gonçalo Pereira de Sousa

121José Crepaldi



122Álvaro da Silva

123Francisco Nunes dos Santos